

# Quadrienal CORREIO BRAZILIENSE é meta da Educação

3 JAN 1988

A Secretaria de Educação vai trabalhar em 1988 na implantação do Plano Quadrienal, elaborado este ano com a participação de cerca de 3 mil professores. A informação é do secretário de Educação, Fábio Bruno, ao fazer o balanço das atividades de 1987. Ele estima que o setor vai precisar este ano de um aporte de Cz\$ 2 bilhões para implantar os projetos previstos no Plano Quadrienal.

O plano — batizado de “resgate do ensino público” — pretende construir em quatro anos 270 novas salas de aula, 125 das quais já garantidas através de convênio com o Ministério da Educação. A Secretaria espera ainda aumentar em 4,6 por cento a taxa de matrícula da rede oficial e extinguir os turnos intermediários (turnos da fome).

Segundo Fábio Bruno, a extinção começará já em 88. Ela será viabilizada com recursos do Governo Federal, direcionados “com prioridade” para Cuiabá e Gama. O secretário destaca ainda a democratização do ensino e garante que as eleições diretas vão continuar. Bruno explica que apenas mudará a lista de indicados. Ela passará a contar com três nomes a serem apresentados ao governador José Aparecido.

Bruno explica que a democratização exigirá a reformulação e dinamização das Associações de Pais e Mestres (APMs), e a multiplicação de grêmios estudantis. O secretário de Educação informa que a partir do Plano Quadrienal o setor pretende viabilizar escolas com tempo integral. Atualmente, existem sete unidades operando com o novo sistema. Em 1988, a Escola Normal de Brasília passará a ter as três séries do curso regular funcionando de manhã e à tarde.

## BALANÇO

De acordo com documento divulgado pela Fundação Educacional, a Secretaria atendeu em 87 cerca de 337 mil alunos em todos os graus e modalidades de ensino. Durante o ano, o setor buscou analisar a situação da rede oficial, com o objetivo de resgatar o ensino público, afirma o relatório da FEDF. As propostas levantadas resultaram no Plano Quadrienal, observa o documento.

A rede física foi ampliada em mais 547 salas de aulas, destaca o documento, que lembra ainda o programa de reforma física. Ele atingiu 156 unidades da rede, no Plano Piloto e cidades-satélites. O relatório afirma ainda que a melhoria do ensino público depende da preparação e valorização dos recursos humanos.

Segundo a Fundação Educacional, os professores conseguiram em 1987 benefícios com o avanço de acordos coletivos, implantação do Quadro de Carreira do Magistério e do Plano de Cargos e Salários, definição de novos critérios para concessão de incentivos funcionais, bolsa de estudos e afastamento remunerado e garantia de ascensão e progressão funcional.

A Fundação Educacional afirma também que a realização de concurso públicos para preenchimento de vagas representou uma conquista para os profissionais e democratizou a oferta de emprego. O documento observa que a análise de informações coordenadas pelo Departamento de Planejamento da FEDF permitiu o aprimoramento do sistema de ensino e a publicação de material sobre o sistema educacional.

Em 1988, a Secretaria começará a reformular o ensino supletivo, conforme proposta elaborada por comissão de professores. A ideia — de acordo com o coordenador do projeto, Raimundo Góes — é extinguir o curso gradativamente, unificando-o com o ensino regular (que também passará por reformulações como a diminuição da grade horária).

Raimundo Góes tranquiliza os alunos já inscritos no supletivo: o curso vai continuar pelo menos por mais quatro anos. Em 1988, ele voltará porém com roupa nova: a Secretaria vai exigir frequência mínima de 50 por cento e haverá aulas regulares. Em 87, o sistema atendeu 33,4 mil alunos, 21,5 mil dos quais prestaram exames de suplicância em 1º e 2º graus.

No campo do ensino rural, a Secretaria implantou mais quatro novas escolas, ampliou sete e transformou uma em centro de ensino (atendimento a alunos do 2º grau). O setor passou a contar com uma assessoria especial para o ensino rural, que promoveu, entre outras atividades, o II Encontro de Produtores Rurais e Professores.

A Secretaria garantiu ainda apoio material a estudantes carentes, beneficiando 4,6 mil alunos da rede oficial urbana e 1,9 mil da zona rural. Eles ganharam passes de ônibus para chegarem até a escola. O Programa de Assistência à Saúde (PASE) realizou 44,7 mil exames biométricos em escolas do 1º grau, 552 identificações de doenças transmissíveis, 2,1 mil inspeções sanitárias, 9,2 mil enxaguatórios bucais com solução de flúor e 83 mil restaurações dentárias.